

# “Estas imagens obrigam-nos a reflectir sobre quanto custa o prazer de fumar”

Doentes, cadáveres e membros amputados vão começar a aparecer nos maços de tabaco, a partir de hoje. Cigarilhas e charutos ficam de fora. Governo atira participação de medicamentos de cessação tabágica para 2017



**O seu fumo prejudica os seus filhos, família e amigos**

Para deixar de fumar:  
808 24 24 24 ou [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)



**Fumar danifica os seus pulmões**

Para deixar de fumar:  
808 24 24 24 ou [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)

## Saúde pública Natália Faria

Os fumadores que a partir de hoje parem no café ou no quiosque para comprar o seu habitual maço de tabaco vão começar a meter no bolso, além do troco e dos cigarros, a imagem de uns pais que choram a morte do filho bebé ao lado de uma caixa branca. Ou de uma mulher a cuspir sangue, ou de um cadáver ou de uma boca com lesões cancerosas e dentes podres. As imagens, que passam obrigatoriamente a constar dos maços que são fabricados (ou importados) a partir de hoje, configuram uma acção de “bullying social perverso”, como argumentou o deputado do PS José Junqueiro, aquando da votação da lei, no Parlamento? Ou são, como contrapõe a médica Emília Nunes, directora do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, uma forma de retirar o atractivo ao acto de fumar, “sobretudo entre os adolescentes”?

A voz de André Garcia, de 19 anos: “Se visse essas imagens num maço, ia pensar duas vezes sempre que fosse pegar num cigarro. A mim, chocar-me-ia. E muito provavelmente iria impedir-me de fumar.” À porta de uma das faculdades da Universidade do Porto, no centro da cidade, o estudante usa o condicional porque

chegou a fumar meio maço por dia. Agora já não. “Deixei quando o meu avô morreu com cancro do pulmão. Sempre que olhasse para uma imagem dessas, iria lembrar-me disso.”

Ao lado, Sérgio Martins, de 18 anos, acaba o cigarro para dizer que considera as imagens “abusivas”. “Um filho que tenha um pai fumador e que veja essas imagens no maço vai ter que se consciencializar que o pai poderá morrer com uma dessas doenças”, sustenta. “Até pode acontecer que o filho convença o pai a deixar de fumar”, opina Mafalda Ferreira, de 18 anos, *piercing* no nariz e também ela de cigarro entre os dedos. Sérgio retoma o raciocínio para acrescentar que “os avisos com letras” eram já suficientes para o pôr a pensar “nos malefícios dos cigarros” e continuar a fumar mesmo assim. E Ana Marta Ferreira, que aos 18 fuma, “mas apenas cigarros de mentol”, junta-se ao grupo para antever que o que poderá acontecer é as fotografias fazerem aumentar a venda “daquelas cigarreiras e embalagens com *design*”.

Há divergências nesta conversa, como as há relativamente à eficácia da introdução destas imagens nos maços de cigarros enquanto medida dissuasora de um vício que mata em Portugal mais de 30 pessoas por dia, segundo a directora do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo. Mas há certezas

quanto ao que define a nova Lei do Tabaco, que vigora desde o dia 1 de Janeiro e que estipula a obrigatoriedade de, a partir de hoje, a indústria do tabaco exibir em 65% das duas faces dos maços fotografias de choque, acompanhadas de informação sobre onde procurar apoio para deixar de fumar, como o *site* da Direcção-Geral da Saúde ([www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)) e a Linha de Saúde 24 (808 24 24 24). Aos maços somam-se ainda advertências como “Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer” e “O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro”.

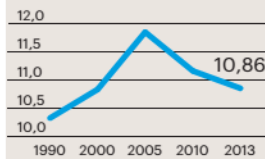
### Tabaco de enrolar e mentol

As novas regras de rotulagem, que resultam da transposição de uma directiva europeia, estendem-se ao tabaco para enrolar e destinado a cachimbos de água (narguilé). Tanto num caso como no outro, foram dados prazos para adaptação: o tabaco pode ser vendido de acordo com as regras actuais até Março de 2017, desde que tenha sido importado ou produzido antes de Maio de 2016. Na prática, a lei dá um ano para que os diferentes operadores da cadeia de distribuição esgotem os *stocks*. Já a proibição da incorporação de substâncias como o mentol nos produtos de tabaco beneficia de um regime transitório que vai até 20 de Maio de 2020. E só em Dezembro desse

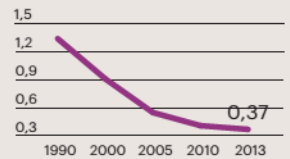
## Cigarros que matam

Evolução da mortalidade atribuível ao tabaco em Portugal  
Em % do número total de óbitos

Por fumar tabaco



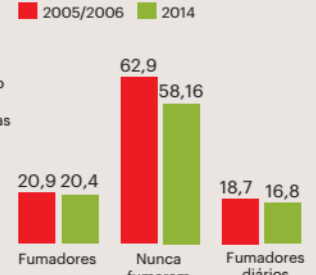
Por exposição ao fumo ambiental



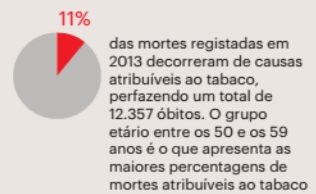
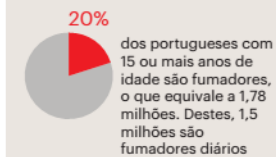
Por causas de morte, em 2013



Evolução da condição da população perante o tabaco, em %



Outros números



Fonte: Prevenção e Controlo do Tabagismo em Números 2015, Direcção-Geral da Saúde

## Multas renderam seis milhões

Da criação de espaços para fumadores sem os requisitos legais à falta de aviso sobre a proibição de venda de tabaco a menores, as infracções à Lei do Tabaco já renderam ao Estado 6 milhões de euros. Entre 2008 e 2015, foram instaurados pela ASAE 8931 processos de contra-ordenação, dos quais 2841 resultaram das suas acções inspectivas, e as restantes corresponderam a processos

instaurados com base em autos levantados pela GNR, PSP ou Guarda Fiscal. O ano em que a lei entrou em vigor, 2008, foi também aquele que somou um maior número de processos: 1336. Já no ano passado, as autoridades não foram além dos 1049 processos, para uma média de 40 mil operadores económicos fiscalizados em cada ano, desde retalhistas a cafés e restaurantes, além de armazenistas e grossistas.

## Vício mata em Portugal mais de 30 pessoas por dia, segundo a directora do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo

### Linha de Saúde 24 limita-se a encaminhar fumadores para consultas

O número de telefone da Linha de Saúde 24 (808 24 24 24) vai passar a constar dos maços de cigarros, mas o único apoio que os candidatos a ex-fumadores terão do outro lado do telefone é o encaminhamento para as consultas de cessação tabágica existentes nos centros de saúde e hospitais. “Não haverá acompanhamento telefónico das pessoas, o que faremos é indicar-lhes a consulta mais próxima”, resumiu ao PÚBLICO o enfermeiro Sérgio Gomes, coordenador da linha.

Esta medida está muito aquém daquilo que vinha sendo anunciado, pelo menos desde 2014, altura em que o então secretário de Estado Leal da Costa anunciou a criação de um serviço específico para cessação tabágica naquela linha, no âmbito da revisão da Lei do Tabaco. No final de 2015, o enfermeiro Sérgio Gomes fixava em Maio de 2016 a criação daquele módulo que, segundo declarou então, compreendia o acompanhamento, durante um ano, das pessoas que se propusessem deixar de fumar, em oito consultas telefónicas, para o que os enfermeiros estariam já a receber a devida formação. A expectativa era então apoiar até 50 mil pessoas em três anos.

Já antes, em Abril do ano

passado, o administrador da Linha de Saúde 24, Luis Pedroso Lima, dizia aguardar apenas a validação da Direcção-Geral da Saúde (DGS) para arrancar com esse apoio e admitia mesmo que os técnicos da linha pudessem disponibilizar pensos e pastilhas antitabágicas. Em Novembro, o próprio director-geral da Saúde, Francisco George, remeti o arranque do módulo de cessação tabágica para o primeiro trimestre deste ano, alegando que o concurso com o operador privado que gere a linha, e que terá terminado no final de Abril, não incluía financiamento nesta área.

Quanto às consultas de apoio intensivo à cessação tabágica nos centros de saúde, eram 212 em 2008 e baixaram para as 118 em 2013. Em 2014, voltaram a subir para as 130. Nesse ano, as administrações regionais de Saúde (ARS) do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo não garantiam ainda deste tipo de consulta em todos os agrupamentos, meta que tinha sido fixada em 2007. Por estes dias, a DGS tem vindo “a trabalhar com as ARS e a apoiar a formação dos profissionais”, segundo Emília Nunes, responsável da DGS, sendo que o objectivo é ter consultas em todos os agrupamentos até 2017.

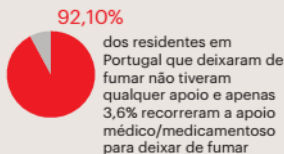
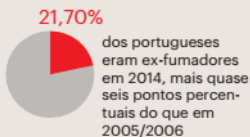
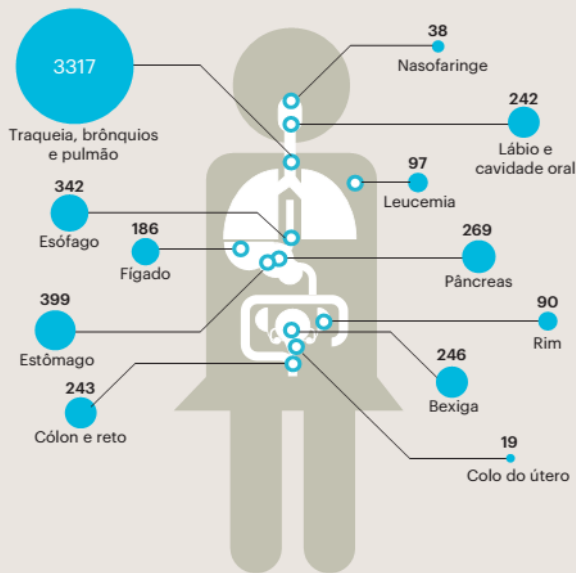
discussão”. O anterior secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Leal da Costa, chegou a anunciar, em Novembro de 2014, a disponibilidade do Governo para participar em 40% o custo daqueles medicamentos. O actual detentor do cargo, Fernando Araújo, também disse, em Março, que o Governo estava a avaliar essa possibilidade. Questionada pelo PÚBLICO, fonte do seu gabinete disse agora que tal “não foi possível por limitações orçamentais, mas existe abertura para se ponderar esta questão no próximo ano”.

A adopção das embalagens genéricas foi igualmente adiada. A directiva europeia abre a possibilidade de os Estados-membros obrigarem os fabricantes a apresentar maços sem o logótipo da marca, com apenas o nome em letras brancas e standardizadas sobre um fundo pouco apelativo e com as mesmas imagens que chegam agora aos consumidores portugueses. Esta medida entra hoje em vigor na Irlanda e no Reino Unido e outros países, como a França, Hungria e Eslovénia, estão também a trabalhar nesse sentido. Portugal não foi por aí. E ainda bem, na óptica da Tabaqueira, propriedade da Philip Morris International, e detentora de uma quota de cerca de 63% do mercado do tabaco em Portugal, para quem tal medida restringe a possibilidade de as empresas de tabaco “competirem entre si”, conforme sustentou ao PÚBLICO fonte daquela empresa.

Para Emília Nunes, pelo contrário, seria “uma medida muito útil, porque retira a atractividade da embalagem”. E, nessa medida, poderá dissuadir o consumo entre os jovens, o que não é despendendo se considerarmos o aumento da experimentação do tabaco: se, há dez anos, 62,9% da população dizia nunca ter fumado, essa percentagem tinha descido para os 58,2% em 2014. A responsável da DGS mostra-se ainda assim optimista quanto ao impacto das fotografias, “sobretudo nos adolescentes e nas pessoas que querem deixar de fumar”. E, insiste Emília Nunes, “não é bullying nem agressão”. “É a forma mais eficaz de chegar às pessoas, incluindo às que não sabem ler.”

Pela parte que lhe toca, André Garcia diz que a campanha surtiu o efeito desejado, mesmo antes de ter arrancado. “Se alguma vez me sentisse tentado a voltar a pegar num cigarro, acho que não conseguia. Fumar é a procura do prazer e estas imagens fazem-nos reflectir sobre quanto é que esse prazer custa, de facto.”

Mortes por cancro devido ao tabaco, em 2013



mesmo ano é que estabelecimentos como cafés e restaurantes terão de estar adaptados às novas regras que ditam, por exemplo, que os espaços para fumadores não impliquem a exposição dos trabalhadores ao fumo, e que sejam “separados fisicamente ou totalmente compartimentados”, semelhantes aos “aquários” existentes nos aeroportos.

“Os prazos são tão alargados que acabam por não fazer sentido”, critica o coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, José Pedro Boléo-Tomé, para quem as moratórias incluídas na lei configuram uma cedência “incompreensível” aos interesses económicos. “Irlanda, onde a cultura

do pub é fortíssima, avançou com a proibição total do fumo em todos os restaurantes e bares. Os empresários pensavam que iam perder clientes, mas isso não se verificou, porque a lei foi muito bem acompanhada pelas autoridades e teve uma adesão brutal. Aqui, as autoridades retraem-se sempre que é preciso dar um passo mais incisivo. E o próprio facto de os maços serem gradualmente substituídos vai retirar o impacto das imagens na venda e consumo.” A responsável pelo tabagismo na DGS, Emília Nunes, também acha que “Portugal devia ter adoptado a proibição total do fumo em casinos, bingos, salas de jogos, restaurantes e hotéis, como acontece noutros paí-

ses como o Reino Unido e a França”.

Além das moratórias, as críticas à nova lei centram-se nas excepções admitidas. É que as novas regras de rotulagem deixam de fora outros produtos de tabaco, como o destinado a cachimbo, os charutos e as cigarilhas. “Nós não devíamos ter aceiteado esta excepção, sob pena de passarmos ao consumidor a ideia de que há produtos com um risco menor”, lamenta Emília Nunes, lembrando que “o Reino Unido só exceptuou os charutos em embalagens individuais”.

#### Comparticipar só em 2017

Depois há a questão das omissões. A ideia de proibir o fumo dentro dos carros com crianças a bordo,

que chegou a ser defendida pelo ex-ministro da Saúde Paulo Macedo, numa ida ao Parlamento, em 2012, caiu por terra. A comparticipação dos medicamentos de cessação tabágica também anda no plano das intenções dos últimos Governos, mas nunca saiu do papel. “Já devia ter acontecido há muitos anos”, defende Boléo-Tomé. “O tabagismo implica custos para o Serviço Nacional de Saúde muito superiores a outras dependências que já são tratadas e comparticipadas pelo Estado”, insiste.

A responsável da DGS recorda que já foram feitas propostas nesse sentido. Mas diz não saber “a que ponto há possibilidade de voltar a essa